

MÍDIA E VIOLÊNCIA – COMO OS JORNAIS RETRATAM A VIOLÊNCIA E A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

SILVIA RAMOS* E ANABELA PAIVA**

Quando a pauta é a mídia De 1980 a 2002, 695 mil brasileiros foram assassinados. A taxa de homicídios no Brasil mais que duplicou nesses vinte e três anos, passando de 11,7 para 28,5 homicídios por 100 mil habitantes – índice que coloca o Brasil entre os países mais violentos do mundo.¹ Durante muito tempo a sociedade e as instituições brasileiras assistiram a essa matança em silêncio. Afinal, as mortes atingem majoritariamente grupos desfavorecidos: jovens do sexo masculino (especialmente na faixa de 15 a 24 anos), na maioria pobres, quase sempre negros e moradores de periferias ou favelas dos grandes centros urbanos.

A partir dos anos 1990, diferentes setores da sociedade despertaram para a gravidade da situação e passaram não só a denunciá-la, como a desenvolver pesquisas e iniciativas de gestão de políticas públicas de segurança. Após a experiência coordenada por Luiz Eduardo Soares na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro em 1999, hoje se observa a presença de pesquisadores das áreas das Ciências Sociais na gestão de políticas de segurança em diversos estados. Ainda na década de 90 foram criados o Viva Rio, o Afro Reggae, o Sou da Paz e várias outras iniciativas da sociedade civil voltadas para responder ao crescimento da violência nas cidades e nas favelas.

A mídia, em particular a mídia impressa, também reagiu a essa nova percepção da problemática da segurança alterando estratégias de cobertura e pouco a pouco deixando as velhas práticas das reportagens de polícia, quase sempre sensacionalistas e vinculadas à troca de favores com fontes policiais. Os jornalistas que cobrem a área, geralmente ligados às editorias de reportagem local, hoje são mais qualificados e encontram maior reconhecimento de seus colegas, como seria de se esperar de especialistas num dos temas mais candentes do Brasil contemporâneo.

A mudança é fundamental, já que a mídia tem desempenhado um papel cada vez mais importante no debate público sobre esse tema, influenciando a opinião da sociedade e as políticas de Estado. Na apuração do caso Tim Lopes, nas respostas a rebeliões e casos de corrupção nos presídios, na investigação de denúncias de corrupção policial e, mais recentemente, no processo de mobilização e votação no Congresso do Estatuto do Desarmamento, a mídia foi decisiva na qualidade e rapidez das respostas do governo e da sociedade. A campanha pelo desarmamento pode ser tomada como

* Coordenadora da Área de Minorias, Movimentos Sociais e Cidadania do CESeC.

** Jornalista. Editora de Cidade do Vespertino Q!

um paradigma da capacidade da mídia de agendar políticas públicas: com a mobilização dos meios de comunicação, a iniciativa da sociedade civil foi rapidamente aprovada no Congresso e transformada em política de Estado.

Considerando o papel decisivo dos meios de comunicação nos países democráticos para o agendamento de políticas públicas e a ausência de pesquisas de fôlego sobre o tema, o CESeC decidiu produzir um diagnóstico sobre a cobertura jornalística da violência no Brasil. A pesquisa foi realizada ao longo de 2004, com a consultoria de Guilherme Canela Godoi e inspirada na metodologia usada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) há vários anos.

Neste boletim apresentamos os principais resultados obtidos, esperando que eles possam suscitar um debate enriquecedor entre jornalistas e estudiosos da segurança pública. Abrir canais de debate entre esses profissionais é um passo importante para uma melhor compreensão dos fenômenos da violência no Brasil e para a construção de políticas que possam enfrentá-los com eficácia.

Metodologia e universo pesquisado

A pesquisa realizada pelo CESeC analisou 2514 textos jornalísticos, veiculados em 35 dias distribuídos ao longo de 5 meses do ano (maio a setembro de 2004) por nove jornais brasileiros que, juntos, alcançam uma tiragem diária média de 1,2 milhões de exemplares: três jornais paulistas – *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Agora SP* –; três fluminenses – *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Dia* – e três mineiros – *O Estado de Minas*, *Diário da Tarde* e *Hoje em Dia*. Diferentemente da maior parte dos estudos sobre mídia, que se preocupam em analisar o discurso da notícia ou seu impacto sobre o leitor, nossa pesquisa teve como objetivo perceber tendências da cobertura através da análise quantitativa da produção jornalística sobre violência e segurança pública.

Dada a abrangência e complexidade da temática, centramos nosso foco na violência urbana² e nos seguintes assuntos a ela relacionados: criminalidade; políticas de segurança; forças de segurança; sistema penitenciário; Justiça; reações da sociedade civil; pesquisas e legislação. Foi necessário deixar de lado, neste primeiro levantamento, outros temas também relevantes abordados pela mídia, como a violência no campo, os chamados crimes de colarinho branco e o contrabando.

A amostra compôs-se de reportagens, artigos, colunas, colunas de notas e pequenas notas noticiosas chamadas nas redações de “colunão”. Optamos por uma técnica de amostragem conhecida como semana composta, adequada a uma pesquisa que tem o objetivo de identificar tendências gerais da cobertura, ou seja, o tratamento editorial dos temas ligados à violência ao longo de determinado período. Esse método de seleção de amostras parte do pressuposto de que a cobertura dos distintos veículos apresenta características gerais semelhantes ao longo dos dias da semana.

Foram sorteados sete dias de cada um dos meses pesquisados. Na medida do possível, os dias deveriam estar distribuídos de forma equânime pelas semanas reais componentes do referido mês;

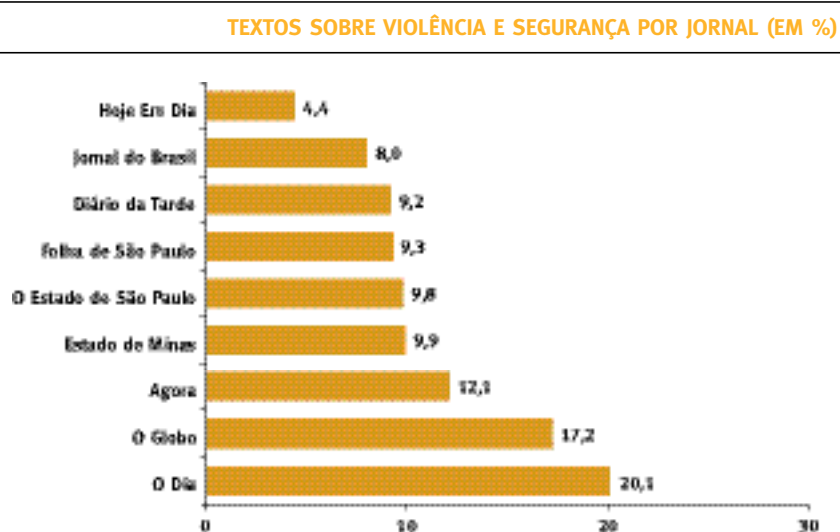
além disso, a semana artificialmente construída deveria possuir os mesmos dias de uma semana real (uma segunda, uma terça, uma quarta, uma quinta, uma sexta, um sábado e um domingo). Ao final, nosso universo amostral correspondeu a 35 dias ou 22,9% de todos os dias do período.

Cada uma das notas, colunões, artigos, colunas, editoriais e reportagens foi analisada em um questionário de 71 perguntas, planejado para ser o mais abrangente e preciso possível, de modo a permitir a classificação detalhada das notícias e reduzir a margem para interpretações dos pesquisadores. Os quatro classificadores, todos estudantes das áreas de ciências sociais e jornalismo, foram treinados para assegurar que o preenchimento das mais de 570 opções de respostas seguisse sempre os mesmos critérios, já que essas respostas destinavam-se a alimentar um banco de dados em DBase, posteriormente convertido para SPSS, a partir do qual se faria a análise quantitativa do material jornalístico levantado.

Primeiros resultados QUEM MAIS FALA DE VIOLÊNCIA

Ainda que todos os nove veículos tenham sido pesquisados durante os mesmos dias, dois jornais do Rio de Janeiro – *O Dia* e *O Globo* – assumiram uma posição de destaque no volume de notícias sobre violência publicadas nos dias da amostra, respondendo, juntos, por 37,3% do total. Se acrescentarmos a cobertura do *Jornal do Brasil*, veremos que a participação dos jornais fluminenses foi de 45,3%, contra 31,1% dos paulistas e apenas 23,5% dos jornais mineiros (gráfico 1).

Gráfico 1



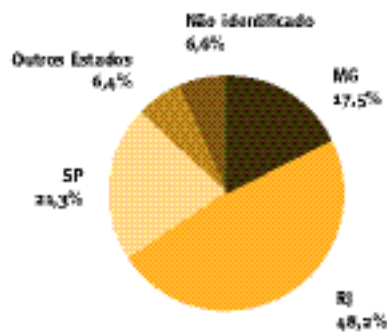
Entre os veículos formadores de opinião, *O Globo* é claramente o que mais se dedica à cobertura da violência, com uma participação no total de textos selecionados (17,2%) bem superior à da *Folha* (9,3%) ou à do *Estado* (9,8%).

FOCO GEOGRÁFICO: O RIO NA BERLINDA

Considerando agora o foco geográfico das matérias, independentemente do local de publicação do jornal, o Rio de Janeiro aparece no centro da cobertura sobre violência, criminalidade e segurança. Como se observa no gráfico 2, quase metade dos textos focaliza esse estado e os 51,8% restantes se dividem entre São Paulo (21,3%), Minas Gerais (17,5%) e outras unidades da federação (6,4%). Há ainda uma parcela de textos (6,6%) na qual não foi possível discriminar o local da notícia – geralmente porque se referia ao país como um todo.

Gráfico 2

FOCO GEOGRÁFICO: ESTADO A QUE A MATÉRIA SE REFERE



A predominância de textos sobre o Rio de Janeiro parece dever-se a diferentes estratégias editoriais na abordagem das notícias relacionadas à violência. Os jornais do Rio mostram-se fortemente centrados nas questões locais, o que pode ser visto como uma louvável tentativa de denunciar, analisar, retratar e debater a dramática crise vivida pelos fluminenses na área da segurança pública. Mas essa estratégia também deixa de oferecer aos leitores a chance de comparar a situação do Rio com a de outras partes do país. Um exemplo: ao longo de todo o período analisado, o *Jornal do Brasil* não produziu uma única matéria sobre a violência em São Paulo.

Ao mesmo tempo, a *Folha* e o *Estado de S. Paulo* dedicaram considerável espaço às notícias do Rio de Janeiro. Na *Folha*, as notícias sobre o Rio somaram 28,8%, contra 46,8% sobre São Paulo e apenas 3,4% sobre Minas Gerais. No *Estado de S. Paulo*, os textos de temática paulista somaram 44,7%, enquanto 28,5% das matérias foram sobre o Rio. As reportagens, artigos e notas sobre Minas Gerais somaram 4,5%.

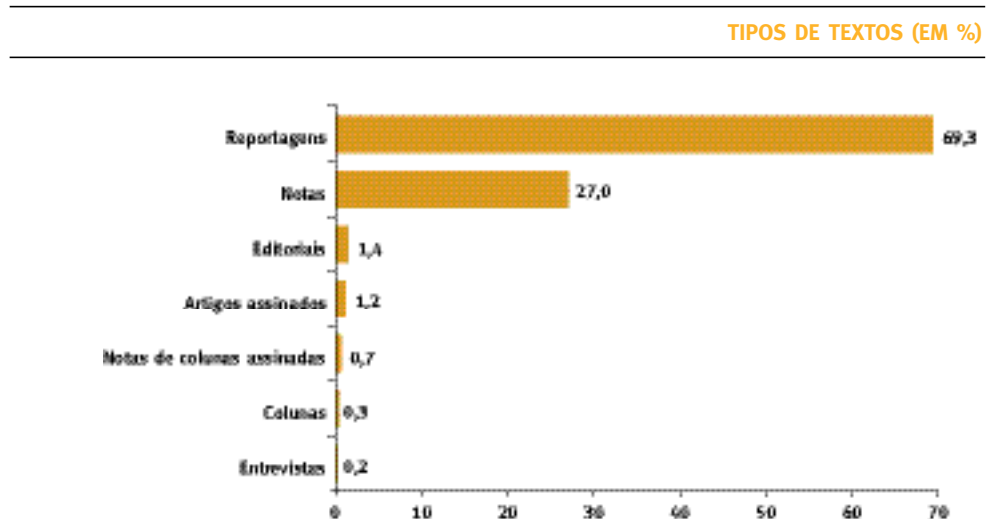
Quando analisado em seu conjunto, o quadro se mostra mais equilibrado: das reportagens sobre a violência no Rio, 19,2% foram geradas por jornais de Minas e São Paulo. Ou seja: 80,8% da cobertura sobre o Rio de Janeiro provém de jornais cariocas. As notícias sobre a violência em Minas Gerais provêm em 93,6% dos casos de jornais mineiros e 83,37% da cobertura sobre a violência paulista foi publicada em jornais daquele estado.

CARACTERÍSTICAS DOS TEXTOS

A localização das matérias por seções, cadernos ou editorias indica que a violência ainda é tratada predominantemente como questão local: 83,6% dos textos foram extraídos de seções como Cotidiano, Cidade e similares. Nota-se assim que a centralidade dos problemas de segurança pública na vida política e econômica do país não encontra espaço correspondente nas páginas das editorias voltadas para temáticas de âmbito nacional.

Por sua vez, o perfil das matérias indica ser muito restrito o espaço dedicado a textos analíticos e opinativos: durante o período da pesquisa, mais de um quarto (27%) da cobertura compunha-se de pequenas notas informativas, sem qualquer tipo de contextualização, e houve pouquíssimos editoriais, colunas ou artigos assinados abordando os temas da violência e da segurança (gráfico 3).

Gráfico 3



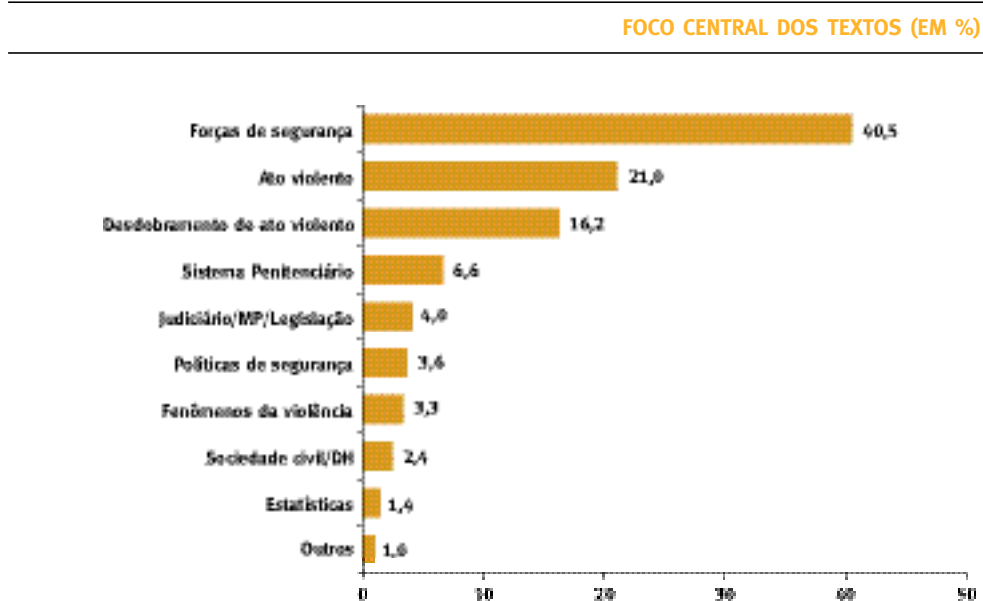
Em termos da relevância editorial dada a esses temas, pode-se dizer que somente a presença de fotos, registrada em 36,7% das matérias, atesta um destaque expressivo, contrastando com a baixa utilização de boxes (7,7%) e gráficos, quadros ou mapas (2,1%) no conjunto da cobertura. Durante o período analisado, não foram muitos os textos sobre violência e segurança que ganharam chamadas (7,3%) ou manchetes (2,5%) na primeira página, nem os que mereceram capas (4,1%) ou manchetes de cadernos (0,5%).

Em relação ao enquadramento ou perspectiva com que se apresenta a temática, nota-se que, embora a imprensa acompanhe com relativa constância as ações do Estado na área (19,3% dos textos foram escritos a partir da ótica do poder público), a maioria absoluta das matérias (77,6%) simplesmente relata fatos individualizados: um homicídio, um assalto, uma prisão. Quando se trata de notícias sobre crimes, a perspectiva individualizada é quase unânime (99,1% dos casos) e, surpreendentemente, ela prevalece mesmo quando o tema são as forças de segurança (polícias, guardas municipais, etc.): na grande maioria das matérias sobre esse tema (85,3%), a ótica não é o poder público, e sim o próprio ato violento ou a ação policial.

FOCO CENTRAL: FORÇAS DE SEGURANÇA EM DESTAQUE

Examinando os principais temas tratados pelas redações (gráfico 4), percebe-se que os protagonistas do noticiário são as forças de segurança – nas quais se incluem as várias corporações policiais (Federal, Rodoviária Federal, Civil, Militar e Técnica), as Forças Armadas e as guardas municipais. Dos 2514 textos analisados, 1018 (40,5%) tiveram uma ou mais dessas forças como objeto central – quase o dobro das matérias com foco em crimes ou atos violentos praticados por cidadãos comuns (21%).

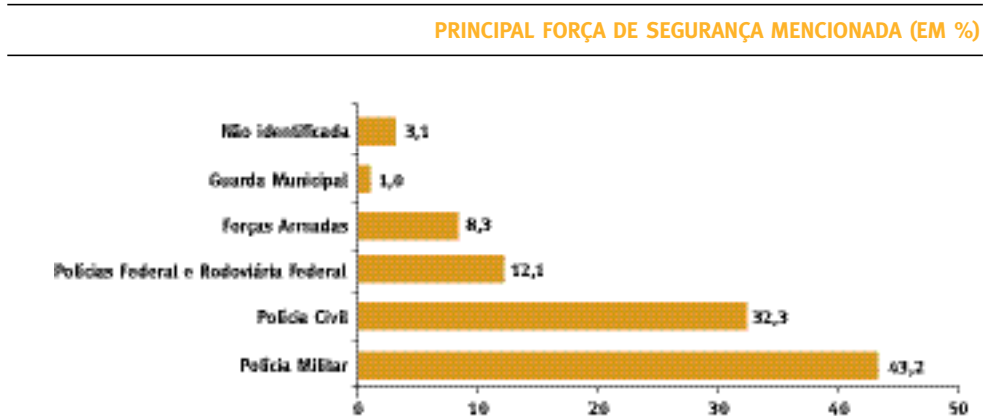
Gráfico 4



Esse resultado surpreendente parece dever-se a duas atitudes da mídia em relação ao trabalho policial. Percebe-se, por um lado, a tendência à consolidação de um jornalismo de fiscalização da polícia, levando em conta que a segunda maior porcentagem (16,5%) entre os textos que abordaram as forças de segurança é a dos relatos ou denúncias de crimes cometidos por policiais.³ Por outro lado, como mostra o gráfico 6, a cobertura ainda é predominantemente pautada pelo puro e simples acompanhamento de ações da polícia: 57,6% dos textos que se centraram nas forças de segurança abordaram prisões, apreensões, investigações e outros tipos de atividades realizadas por essas forças.

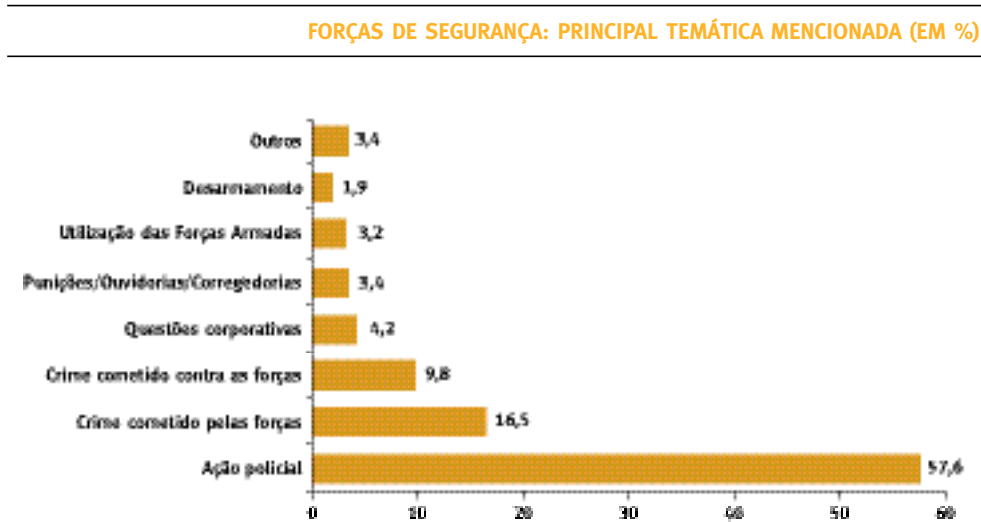
As matérias, artigos, editoriais e colunas focalizam fundamentalmente as Polícias Militar (43,2%) e Civil (32,3%), não sendo desprezível, contudo, a participação da Polícia Federal (12,1%) e das Forças Armadas (8,3%). Chama atenção a baixíssima presença de notícias sobre as guardas municipais (1,0%), embora 2004 tenha sido um ano de eleições municipais. Há uma diferenciação importante entre os periódicos: aqueles de alcance nacional acabam por equilibrar melhor a cobertura sobre as forças, conferindo um pouco mais de espaço à Polícia Federal, por exemplo, enquanto os jornais com forte tratamento editorial local tendem a cobrir mais acentuadamente a Polícia Militar e a Civil. É o caso de *O Dia* (81,8% dos textos que tratavam de forças de segurança, se dedicaram a essas corporações), *Diário da Tarde* (80%), *Hoje em Dia* (86,3%) e *Agora* (80%).

Gráfico 5



Crimes investigados ou reprimidos pelas polícias, delitos por elas cometidos e crimes contra policiais perfazem 83,9% da cobertura com foco nas forças de segurança – o que reflete uma perspectiva bastante limitada, na medida em que se privilegia a atuação das partes, muitas vezes isoladas ou individualizadas, em detrimento do enfoque sobre o próprio aparelho policial e seus elementos estruturantes, de cujo bom funcionamento depende uma presença eficaz das forças de segurança na sociedade. Tais elementos, sejam eles ligados às questões corporativas (condições salariais e de trabalho, greves), hierárquicas (punição, disciplina interna, processo de admissão), dos controles (ouvidoria, corregedoria), de qualificação e de gestão (inteligência, polícia comunitária), estão presentes em escala muito restrita no conjunto de textos analisados.

Gráfico 6



Parece haver, portanto, um descompasso entre as críticas à situação da segurança pública no Brasil e a ausência de uma postura mais pró-ativa da imprensa no controle social das políticas e das instituições públicas responsáveis, vale dizer, na decisão de colocar em pauta questões estruturais para a segurança. Como vimos, a esfera pública de discussões representada pelos jornais restringe o debate às ações individualizadas da polícia ou, o que já constitui um avanço, aos crimes cometidos pelos membros das forças em questão.

Como exemplo dessa dissonância, observa-se que, enquanto os crimes de autoria policial aparecem em 16,5% do material analisado, as notícias ligadas à corregedoria e à ouvidoria aparecem em apenas 1,4%, indicando que ainda predomina um entendimento particularizado das questões da segurança.⁴ O mesmo ocorre no caso da cobertura de ações policiais, centrada majoritariamente nas prisões de suspeitos, seguidas de investigações e operações de busca e/ou apreensão. Trata-se de uma cobertura pautada pela informação rápida, em geral vinda das próprias unidades (delegacias e batalhões) de polícia.

Por outro lado, o protagonismo das forças de segurança no noticiário derruba o mito, tantas vezes repetido por policiais e autoridades de segurança, de que a mídia “só dá destaque às coisas negativas sobre a polícia”. Nada menos que 585, do total de 2514 textos analisados, focalizam ações policiais bem sucedidas: prisões, apreensões, resultados de investigações, mostrando a polícia “em ação”. Na verdade, a pesquisa revela que as polícias têm nos jornais um excelente veículo de divulgação de suas ações e que predominam os “feitos” policiais onde se imagina que predominem as críticas. Dificilmente outras instituições encarregadas de políticas públicas (como por exemplo as da área de saúde, educação ou saneamento) encontram tanto espaço nos jornais para divulgar seu trabalho.

ATO VIOLENTO: A ROTINA DAS REDAÇÕES

Depois das forças de segurança, o tema em destaque é o crime ou ato violento praticado por civis – objeto de 21% do total de matérias. Como o foco em desdobramentos e repercussões de atos desse tipo representa 16,2% do total, pode-se dizer que 37,2% da cobertura gira em torno de crimes.

Embora 93,4% dos textos que abordam atos violentos mencionem a presença de vítimas e 81,6% se refiram a agressores, são pouco freqüentes as matérias que detalham características dos personagens envolvidos. A única informação quase sempre presente é o sexo, facilmente identificado pelos nomes citados nos relatos de crimes: só em 3,6% dos casos não foi possível identificar o sexo das vítimas e em 9,3%, o dos agressores. Naqueles em que há informação tanto para vítimas como para agressores, predominam de ambos os lados personagens do sexo masculino: vítimas do sexo masculino correspondem a 81% dos casos em que há vítimas identificadas, e as do sexo feminino a 34%;⁵ entre os agressores, o sexo masculino aparece em 88% das vezes e o feminino em apenas 8%.

É alto o número de matérias em que não foi possível identificar a faixa etária dos envolvidos, sobretudo dos agressores, mesmo tendo-se previsto no questionário expressões genéricas adicionais, como

“crianças”, “adolescentes” e “adultos”. Enquanto 75,6% dos textos informavam idade das vítimas, só em 36,3% deles havia alguma indicação de faixa etária dos agressores. Maiores ainda são as lacunas quando se trata de características como condição econômica e raça ou cor dos envolvidos: não há nenhuma pista sobre classe social da vítima em mais de 85% dos casos, e dos agressores em 95%. A quase totalidade dos textos analisados (98%) não menciona cor ou raça, nem de vítimas, nem de agressores.⁶

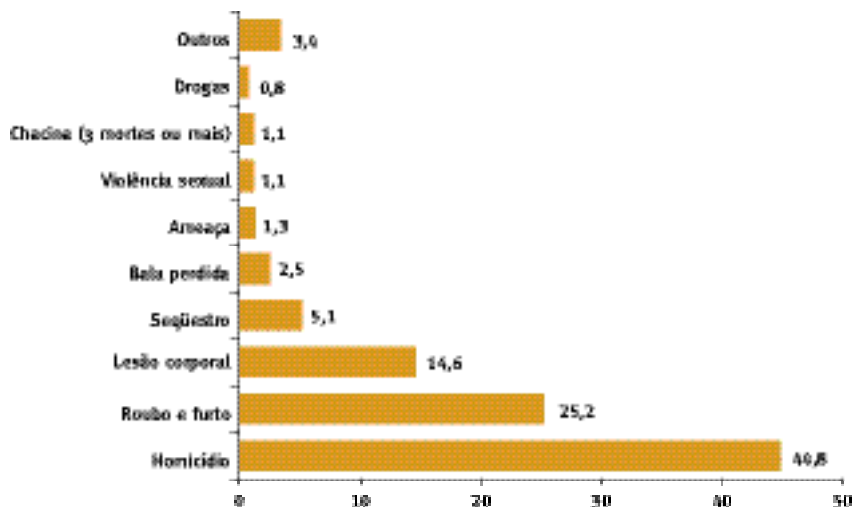
Em síntese, como outras pesquisas também já mostraram,⁷ a cobertura jornalística de crimes se resume via de regra à simples divulgação do fato em notícias curtas do tipo “agressor comete tal crime contra vítima”. Confirmando essa tendência, nota-se que mais de um quarto (25,3%) dos textos sobre atos violentos que analisamos consistiam de notas (“colunões”) e notas de colunas. É um alto índice de notícias descontextualizadas, sem trabalho investigativo, nas quais o crime é apresentado isoladamente e não há elementos que permitam ao leitor aprofundar as relações entre o fato lido, suas circunstâncias, o fenômeno mais geral da criminalidade e a construção de respostas ou saídas para a violência urbana. Ao contrário, o que transparece da cobertura jornalística dos crimes é uma massa informe de eventos sucedendo-se automaticamente, como se fizessem parte da natureza ou de algum destino insondável e inexorável.

CRIMES RELATADOS

Homicídio é o tipo de delito mais coberto, correspondendo a 44,8% dos textos com foco em atos criminais (gráfico 7).⁸ Há uma diferença, porém, entre os periódicos cariocas e os das demais cidades. Enquanto nas outras o homicídio é, de longe, o crime mais freqüente (58,5% nos jornais de Belo Horizonte e 46% nos jornais de São Paulo), nos jornais do Rio há um equilíbrio entre homicídio e crimes contra a propriedade (roubo/furto): 35,2% dos crimes noticiados são homicídios e 32,4% são roubos e furtos. Notícias sobre chacinas apareceram em três textos nos jornais de Belo Horizonte e em três nos de São Paulo. Seqüestros apareceram em 3% dos textos de Belo Horizonte, em 5,1% do Rio e em 6,8% nos jornais de São Paulo. Notícias sobre bala perdida apareceram apenas nos jornais do Rio de Janeiro (13 casos). Praticamente é nula a presença de notícias sobre violência sexual (apenas 2 matérias em Belo Horizonte e 4 em São Paulo).

Gráfico 7

ATO VIOLENTO: OS CRIMES MAIS NOTICIADOS (EM %)



A rua foi palco de 42,1% dos atos violentos relatados e a casa ou residência, de 20,6%. Em 71,7% dos casos mencionou-se a existência de armas de fogo. Apesar da relação direta que o senso comum, a polícia e a própria mídia tendem a estabelecer entre drogas e crimes, só em 2,2% dos textos as vítimas eram associadas ao uso de drogas e só em 2,8% havia essa associação para os agressores.

ESTATÍSTICAS: UM MUNDO SEM DADOS

De todos os textos reunidos pela pesquisa, somente 5,3% citavam algum dado estatístico. Os grandes jornais apresentaram um desempenho melhor que os populares nesse quesito, mas, ainda assim, muito limitado: na *Folha de São Paulo* e no *Jornal do Brasil*, 9,9% dos textos citavam dados estatísticos, seguidos de *O Globo*, com 9,7. No extremo oposto ficaram o *São Paulo Agora* (só 1% dos textos mencionavam estatísticas) e *O Dia* (0,8%).

Apenas 36 textos (1,4% da amostra) tiveram como foco central estatísticas, pesquisas ou divulgação de dados. As raras estatísticas mencionadas se concentraram nas taxas de criminalidade contra a pessoa e o patrimônio, seguidos de dados sobre questões de raça, gênero e minorias associadas à temática da violência.

Os principais fornecedores de dados para a imprensa são as secretarias de segurança ou as polícias (39,6%), e órgãos oficiais de produção de estatísticas, como IBGE e IPEA (17,9%). Chama atenção a baixa presença de universidades e outras instituições acadêmicas, que são centros de análises das estatísticas oficiais e freqüentemente produzem pesquisas próprias a respeito dos fenômenos focalizados.

CONTEXTO AUSENTE

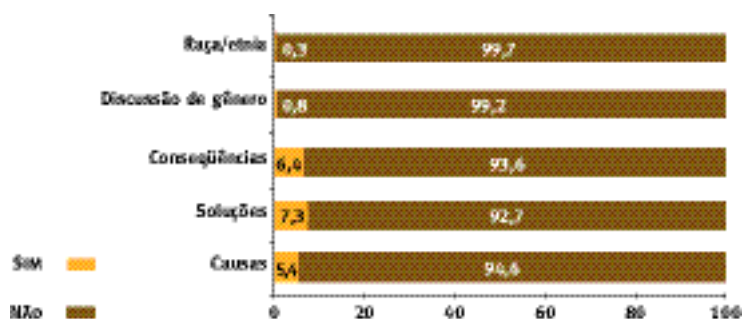
Além de estatísticas, faltam ainda ao noticiário outros elementos que poderiam ajudar a contextualizar o problema da violência e da segurança. Em todos os 2514 textos analisados, os classificadores tiveram de assinalar se a matéria apresentava causas gerais, soluções gerais e/ou conseqüências gerais para o problema da violência. Apenas 5,4% dos textos apontavam causas; só 6,4% indicavam conseqüências e só 7,3%, soluções (gráfico 8).

Apontar causas, soluções e conseqüências é central para um debate público produtivo sobre qualquer temática. Sem isso, os problemas tendem a ser meramente rotinizados, banalizados, naturalizados – o que ocorre com freqüência quando os principais atingidos são pessoas pobres, negras, moradoras de favelas e periferias.

A ausência de contextualização também acaba por relegar a um virtual esquecimento certos recortes significativos da temática da violência: é o caso das questões específicas ao universo infanto-juvenil, que contaram com uma atenção especial em apenas 3,3% dos textos. É o caso ainda da violência doméstica, do recorte de gênero e do recorte de raça/etnia, que aparecem, respectivamente, em apenas 1,3%, 0,8% e 0,3% de todos os textos analisados pela pesquisa.

Gráfico 8

CONTEXtualIZAÇÃO DOS FenôMENOS DA VIOLÊNCIA (EM %)



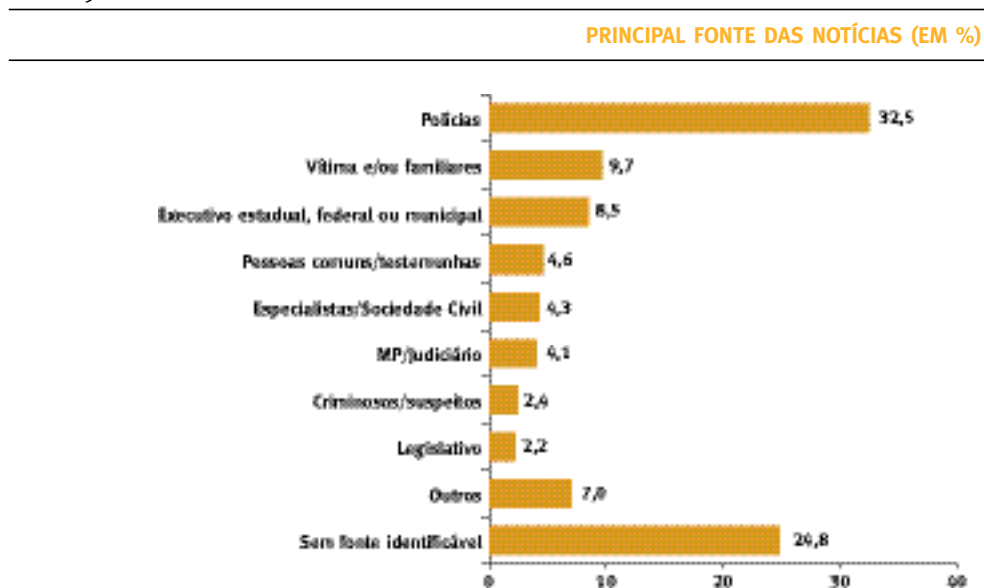
CONCENTRAÇÃO DE ATORES E FONTES

Quando se analisa quem são os atores sociais mais citados (seja como personagens ou como fontes), o destaque é novamente para as polícias, que aparecem em nada menos que 83% do total de matérias. Em seguida vêm os poderes executivos, com ênfase nos executivos estaduais. Os grandes ausentes do noticiário são o setor privado, não obstante a gigantesca “indústria” de segurança particular que hoje existe no país,⁹ e a sociedade civil organizada, cuja participação no debate e no encaminhamento de soluções para os problemas de segurança tornou-se fundamental desde os anos 1990.

É surpreendente que apenas 2,4% dos textos analisados focalizem ações da sociedade civil, temas ligados aos direitos humanos ou iniciativas de movimentos sociais nessa área. Vale lembrar que reformas nas áreas da saúde e da educação não se fizeram sem a presença marcante da sociedade civil – presença que a mídia, via de regra, soube valorizar. Não será diferente com a reforma da segurança. Se é verdade que as iniciativas da sociedade civil no campo da segurança pública ainda não têm peso tão grande quanto em outras esferas de políticas sociais, salta aos olhos, por outro lado, que as iniciativas existentes têm sido minimizadas na cobertura.

Outra constatação feita pela pesquisa é a de que a polícia continua sendo a principal fonte de informações sobre violência e segurança veiculadas pela imprensa. Isso se verifica em 32,5% dos textos pesquisados, proporção que sobe para 43,2% se desconsideramos os 24,8% de textos nos quais não foi possível identificar fontes (gráfico 9). Vítimas e familiares são fontes principais em 9,7% dos casos. Os poderes executivos vêm em seguida, de novo com forte presença dos executivos estaduais, em particular das secretarias de segurança pública.

Gráfico 9

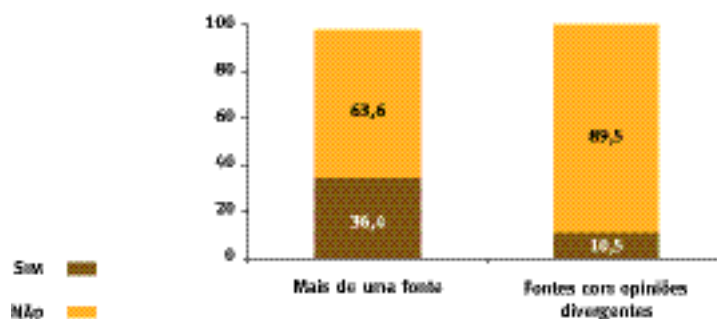


Especialistas e entidades da sociedade civil organizada correspondem a menos de 5% das fontes ouvidas no conjunto dos textos que a pesquisa analisou. Essa ausência da sociedade civil como personagem e como fonte tende a alijar do noticiário e das discussões certos temas fundamentais: por exemplo, o dos direitos humanos, o da violência enquanto fenômeno social, os de raça/etnia, de gênero e da violência doméstica. O resultado final é uma cobertura não só com pouca contextualização dos fatos apresentados, mas também com baixíssima diversidade temática e de pontos de vista – ou, o que é pior, muito dependente, ainda, da perspectiva de delegados e oficiais de polícia.

Apesar da pequena variação de fontes, observa-se no gráfico 10 que cerca de 1/3 das notícias (36,4%) apresentam informações fornecidas por mais de uma instituição ou pessoa. Entretanto, só 10,5% dos textos citam fontes com opiniões divergentes.

Gráfico 10

TEXTOS SEGUNDO PLURALIDADE E DIVERGÊNCIA DAS FONTES (EM %)

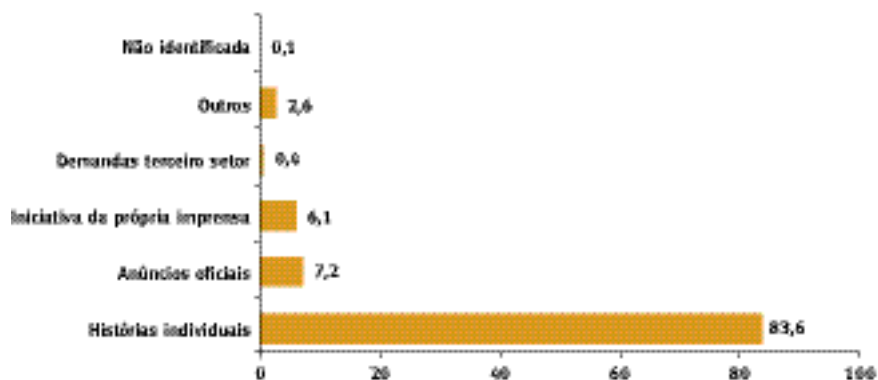


UM JORNALISMO DE “OCORRÊNCIAS”

Mais uma vez se constata a tendência à fragmentação do noticiário sobre violência e segurança quando se examina a forma como as matérias foram inseridas na pauta: na esmagadora maioria dos casos (83,6%), elas entraram a título de “histórias individuais”, ou seja, fatos isolados que chamam atenção da imprensa (gráfico 11). Em seguida vêm os anúncios oficiais (que incluem não só os anúncios de novas medidas pelos governos, mas também os de ações das polícias e de estatísticas oficiais), com 7,2%. Iniciativas da própria imprensa geraram apenas 6,1% dos textos.

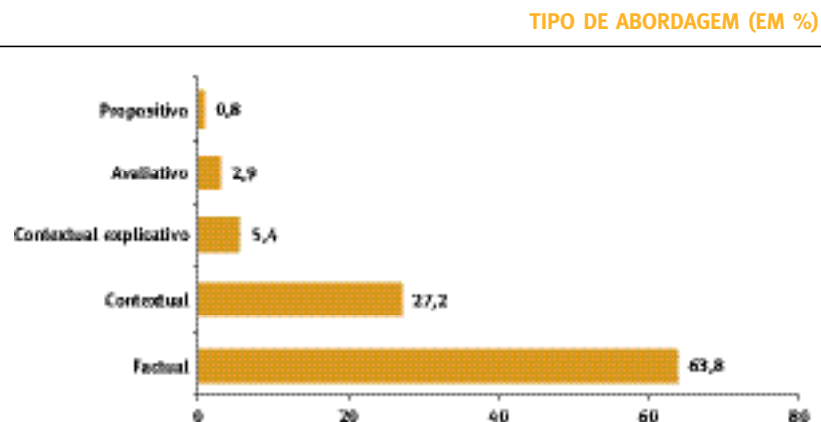
Gráfico 11

FORMA DE INSERÇÃO DE MATÉRIA NA PAUTA DA IMPRENSA (EM %)



Em outra classificação – tipo de abordagem – utilizada pela pesquisa, quase 2/3 das matérias (63,8%) se encaixavam no tipo “factual” e 27,2%, no “contextual” – a maior parte destas últimas, porém, trazendo contextualizações muito rápidas e superficiais. Como já havíamos mencionado e como mostra o gráfico 12, é muito pequeno o peso dos textos com perfil explicativo, avaliativo ou propositivo.

Gráfico 12



TRATAMENTO DA NOTÍCIA

A despeito dos vários aspectos negativos ressaltados até aqui, a pesquisa também revela avanços importantes na cobertura jornalística da violência e da segurança: de modo geral, pelo menos nos nove periódicos analisados, verifica-se uma preocupação de respeitar os personagens envolvidos, de evitar o sensacionalismo irresponsável e – algumas vezes até na contramão dos anseios de parte dos leitores – de não assumir posturas retrógradas, autoritárias, desrespeitadoras dos direitos humanos.

São bastante raras as notícias sugerindo o endurecimento do tratamento aos criminosos ou a restrição de direitos como solução para o problema da violência (0,4%); são raras, também, as que dão a entender que é legítimo fazer justiça com as próprias mãos (0,7%). Apesar de mais frequentes, as matérias que buscam enfatizar o sentimento de medo da sociedade frente ao fenômeno da violência aparecem em proporção relativamente baixa (5,6%). Merece destaque, além disso, o reduzido recurso a táticas sensacionalistas, como a descrição minuciosa do corpo da vítima e/ou da cena do crime (ausente em 78,4% do material), assim como o cuidado em evitar a identificação dos agressores (73,5% dos textos não permitiam essa identificação).

A pesquisa selecionou algumas palavras-chave e testou a frequência com que apareciam na cobertura jornalística. Um dos objetivos era verificar se a imprensa estaria funcionando como reprodutora e propagadora de estereótipos normalmente associados à violência urbana, e muito utilizados em um ambiente cultural que ainda não assimilou novos paradigmas na área de direitos humanos. Essa expectativa, entretanto, não foi confirmada: poucos textos mencionavam, por exemplo, a expressão “menor” (5,8%) e em nenhum deles se registrou a expressão “menino de rua”, ambas muito

características de visões estigmatizantes dos adolescentes em conflito com a lei. Ao mesmo tempo, porém, o termo “traficante”, que a polícia utiliza com extrema frequência, aparece em 16% das matérias, tendo presença mais forte nos jornais do Rio (20,8%); “facção” e “comando” aparecem respectivamente em 5,6% e 3% dos textos, estando sempre mais presentes nos jornais do Rio (8,3% e 3,8%).¹⁰

Conclusões Em síntese, a pesquisa identificou distintas tendências em curso. Por um lado, o volume de notícias sobre violência urbana e segurança pública é bastante expressivo, o que aponta para um reconhecimento da relevância do assunto, especialmente nos jornais do Estado do Rio. Mais importante que isso, constata-se que a maioria dos jornais analisados (mesmo os populares, ditos “de venda em banca”) deixou de praticar coberturas meramente “criminais”, típicas das antigas seções de polícia, e passou a tratar do tema de forma mais sóbria e cuidadosa, sem se exceder no sensacionalismo ou no apelo à “dureza” contra o crime, como era comum no passado.

Por outro lado, a cobertura ainda depende em alto grau das fontes policiais, é extremamente factual, compõe-se majoritariamente de histórias individuais, é pouco contextualizada, contém baixa diversificação de opiniões ou pontos de vista e recorre pouquíssimo a dados estatísticos, pesquisas e outras informações provenientes da sociedade civil.

Se novas tendências se vislumbram, com um percentual não desprezível de textos enquadrados na perspectiva das políticas públicas, em particular quando o foco é o sistema penitenciário, as notícias sobre forças de segurança, ainda que muito expressivas em volume, carecem de elementos que permitam uma reflexão mais profunda e, via de regra, não trazem indicações dos pontos nevrálgicos a serem enfrentados (necessidade de investimentos, de modernização, de combate implacável à violência e à corrupção policiais). Ainda é pequeno, também, o volume de editoriais e artigos assinados discutindo especificamente políticas de segurança.

Do ponto de vista jornalístico, predomina em grande parte das matérias um tratamento superficial, que revela um parco investimento das redações no setor, muito aquém da relevância social que o tema assumiu. Assim, vive-se uma contradição: enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica, em grande parte do tempo, do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes.

Uma das críticas mais comuns à polícia é de que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo dos melhores jornais do país, padece, em parte, dos mesmos problemas. Corre atrás da notícia do crime já ocorrido, ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente sua enorme capacidade para pautar um debate público consistente sobre o setor ■

Notas

1. É preciso ter em mente que a taxa de homicídios dos países da Europa Ocidental é de aproximadamente 3 homicídios por 100 mil e a dos Estados Unidos é de 5 por 100 mil. Estudo comparativo de Luke Dowdney (*Crianças no tráfico*. 7 Letras, 2003), mostrou que se morre mais por armas de fogo no Rio de Janeiro do que em países que estiveram em conflito armado, como Iugoslávia, Serra Leoa, Afeganistão, Uganda, Israel e Colômbia.
2. Ainda que arbitrário, esse recorte se apóia no fato de as cidades concentrarem 80% da população brasileira (IBGE, Censo Demográfico de 2000) e também a maior parte dos registros de crimes violentos. Considerando -se as taxas de homicídio das regiões do Brasil em 2003, verificamos que, exceto no Centro-Oeste, em todas as outras regiões as taxas das capitais são expressivamente mais altas que as da respectiva região. Por exemplo: taxa de 28,8 homicídios por 100 mil habitantes na região Sudeste e de 40 nas capitais dessa região; taxa de 20,5 no Nordeste e de 32 nas capitais; 18,5 no Norte e 23,7 nas capitais; 13,4 no Sul como um todo e 24,8 nas capitais (Secretaria Nacional de Segurança/Ministério da Justiça – www.mj.gov.br/senasp).
3. Dessa parcela, 42,3% dos textos referia-se a envolvimento de policiais com a criminalidade e/ou a corrupção; 33,3%, a homicídios cometidos por policiais; 20,2% a lesão corporal, tortura ou humilhação, e 4,2% a outros tipos de delitos ou a delitos não identificados.
4. É importante reconhecer, porém, que em alguns estados brasileiros a mídia é uma fonte quase solitária de controle externo da ação de polícia.
5. Os percentuais somam mais de 100% porque uma mesma matéria pode mencionar vítimas de ambos os sexos.
6. Sabemos que a grande maioria das vítimas de crimes violentos pertence aos segmentos mais pobres da população e, portanto, aos segmentos onde predominam os negros. Se os jornais não caracterizam a classe social e a cor ou raça das vítimas, não podemos responder à pergunta: a mídia valoriza desproporcionalmente os crimes cujas vítimas são brancas e de classes média e alta, em detrimento dos crimes cujas vítimas são pobres e negras? Intuitivamente, a resposta parece ser positiva, mas a ausência desses atributos nas notícias analisadas não permite comprová-la estatisticamente.
7. É o caso das pesquisas *Balas Perdidas* (2001) e *O Grito dos Inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes* (2003) - ambas realizadas pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi).
8. Alguns analistas argumentam que uma regra sensacionalista da mídia corresponde ao *“if it bleeds, it leads”* (se sangra, vira manchete). Mas, ao menos no caso brasileiro, não se pode acusar os jornais de “exagerar” as dimensões da violência letal, se lembrarmos que entre 1980 e 2002, 695 mil brasileiros foram assassinados. O fato é que durante muitos anos predominou entre os principais jornais do país uma espécie de cortina de silêncio sobre mortes violentas que recaem, há mais de duas décadas, concentradamente sobre jovens, pobres, na maioria negros e moradores de favelas e periferias. A presença de um grande número de notícias sobre violência, particularmente sobre violência letal, não significa que a qualidade da cobertura seja satisfatória, ou que a fórmula sensacionalista não seja frequentemente usada, mas é positivo o fato de os grandes jornais terem incorporado o tema em suas pautas. Para uma discussão sobre o assunto ver *“Si sangra, encabeza las noticias”*, de Tina Rosenberg. In *Violencia y Medios*, Marco Lara Klahn y Ernesto López Portillo Vargas. Mexico, 2004.
9. No final de 2000 havia 540.334 vigilantes privados cadastrados na Polícia Federal. Considerando a vigilância clandestina e os agentes de segurança pública no segundo emprego (bico), estima-se que o contingente de vigias particulares no Brasil chega a mais de um milhão de pessoas (cf. Instituto da Cidadania, *Plano Nacional de Segurança Pública*, 2002, capítulo 11).
10. É importante mencionar a existência de uma norma jornalística no *Globo*, que proíbe a divulgação de nomes de façções. Entrevistas com os editores dos nove jornais indicaram que em nenhum outro existem orientações tão claras e definidas como essa, à exceção dos cuidados na divulgação dos crimes de seqüestro, que são comuns a todos os jornais.

**CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES**

Rua da Assembléia, 10, sala 810 Centro - RJ - CEP: 20011-901
Telefax: (21)2531-2033 - email: cesec@candidomendes.edu.br
www.ucamcesec.com.br

APOIO INSTITUCIONAL

FUNDAÇÃO FORD

PROJETO GRÁFICO

Anna Amendola

nita@nitadesign.com.br